

O FIM DE TODAS AS COISAS



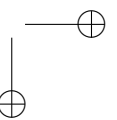
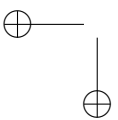
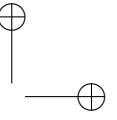
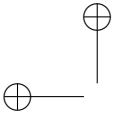
I. KANT

Tradutor:
Artur Morão

www.lusosofia.net



LUSO Sofia:PRESS



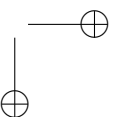
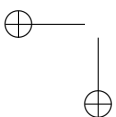


Apresentação

O opúsculo de Kant, *O fim de todas as coisas*, é apenas, de certo modo, uma espécie de corolário à sua obra capital *A religião nos limites da simples razão* (1793). Nesta, a redução da religião à moral leva o filósofo a expor de modo simbólico os princípios da religião cristã, a propor a distinção entre fé histórica (fé eclesial, que é desvalorizada porque de índole feiticista) e a fé da razão (fé moral), a encarar as verdades reveladas como simples auxiliares da religião enquanto sentimento moral. Trata-se de uma religião sem culto, puro “serviço de corações”, em que tudo o que é histórico e sobrenatural se circunscreve à medida do homem com a sua razão e se subordina à sua realização moral, enquanto ortopraxia. A dimensão eclesiológica sofre idêntica restrição moral, já que a Igreja se converte num “ser ético comum”, aliás em ligação com a singular interpretação kantiana da cristologia, em que o Jesus histórico é substituído pela ideia da humanidade como ser moral.

Esta tendência para reconduzir a religião à moralidade, a teologia à antropologia, desnudando-a de todo o elemento místico, de toda a prática litúrgica e cultural, faz-se igualmente sentir no presente ensaio, que foi escrito na mesma altura e deriva claramente do mesmo fluxo de ideias e de inspiração. Difere simplesmente o objecto: não se fala da religião em geral, aborda-se tão-só a doutrina que, tradicionalmente, se refere aos Novíssimos (morte, juízo, inferno e paraíso). Respeitoso para com o cristianismo (que, no entanto, empobrece e desfigura), coerente consigo mesmo, Kant expurga o tema do Juízo de todos os resquícios míticos e reduz a sua substância à exigência e ao veredicto da razão moral.

Artur Morão







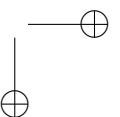
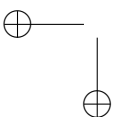
O FIM DE TODAS AS COISAS (1794)

I. KANT

É uma expressão corrente, sobretudo na linguagem religiosa, aplicar a um homem que está a morrer a expressão de que ele passa *do tempo à eternidade*.

Esta expressão nada diria se por *eternidade* se entendesse aqui um tempo que se estende até ao infinito; porque assim o homem nunca sairia do tempo, antes passaria constantemente de um a outro. Deve, pois, entender-se por ela um *fim de todo o tempo*, com a ininterrupta duração do homem. Mas tal duração (olhada a sua existência como grandeza) considerar-se-á, todavia, como uma grandeza de todo incomparável (*duração noumenon*) com o tempo, da qual não podemos fazer conceito algum (excepto apenas negativo). – Tem em si esta ideia algo de horrendo porque leva, por assim dizer, à beira de um abismo do qual, para quem nele se despenha, nenhum retomo é possível («No implacável lugar, que nada atrás deixa volver, com fortes braços o segura a eternidade», *Haller*); e, no entanto, este pensamento tem também algo de atraente, pois não se pode deixar de para ele dirigir sempre o olhar aterrado [*nequeunt expleri corda tuendo*¹, Virgílio]. É o *sublime* terrível, em parte pela sua obscuridade, em que a imaginação costuma agir com maior poder do que na claridade da luz. Por fim, deve entrelaçar-se

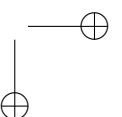
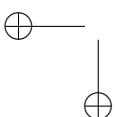
¹ «Não conseguem os corações saciar-se de ver».





também de um modo admirável com a razão humana universal, porque com ele se depara, revestido de uma ou de outra maneira, no meio de todos os povos capazes de raciocinar, e em todas as épocas. – Ao observarmos a passagem do tempo à eternidade (ideia que, no plano teórico, considerada como ampliação do conhecimento pode ter, ou não, realidade objectiva), tal como a razão a representa para si na perspectiva moral, embatemos no *fim de todas as coisas*, enquanto seres no tempo e objectos de possível experiência. Mas tal fim (*Ende*) é ao mesmo tempo, na ordem moral dos fins (*Zwecke*), o começo de uma persistência dessas mesmas coisas enquanto *supra-sensíveis*, por conseguinte, como seres não sujeitos às condições temporais e, portanto, eles e o seu estado não são susceptíveis de nenhuma outra determinação da sua natureza, excepto a determinação moral.

Os *dias* são, por assim dizer, filhos do tempo porque o dia seguinte, com o seu conteúdo, é produto do anterior. Assim como o último filho dos seus pais se chama o filho mais novo (*jüngstes Kind*), assim a nossa língua [o alemão] teve gosto em chamar ao último dia o *dia novíssimo* (*jüngste Tag*) [o dia do Juízo Final]. Tal dia ainda pertence ao tempo, porque nele *acontece* algo (não pertencente à eternidade, onde nada mais acontece, porque seria a continuação do tempo): isto é, a prestação de contas pelo homem em relação ao seu comportamento em toda a sua vida temporal. É um *dia de Juízo*; o veredicto do perdão ou da condenação pronunciado pelo Juiz do Mundo é, pois, o fim verdadeiro de todas as coisas no tempo e, simultaneamente, o começo da eternidade (bem-aventurada ou infeliz) em que a sorte a cada um repartida permanece tal como lhe foi declarada no instante do veredicto (da sentença). O dia novíssimo contém também em si, ao mesmo tempo, *o juízo final*. – Se, porém, entre as *últimas coisas* se houver de contar ainda o fim do mundo, tal como este nos surge na sua forma actual, ou seja, a queda das estrelas do céu como uma abóbada, o desmoronamento do próprio céu (ou o seu desaparecimento como um livro enrolado), o incêndio de ambos, a criação de um novo céu e de uma nova terra para morada dos bem-aventurados, e do inferno para lugar dos



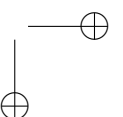


condenados, então o dia do Juízo não seria decerto o último dia, mas muitos outros diferentes se lhe seguiriam. Como, porém, a ideia de um fim de todas as coisas não vai buscar a sua origem ao raciocínio sobre o curso *físico*, mas sobre o curso moral das coisas no mundo e só assim é suscitada, este último curso pode apenas relacionar-se com o suprasensível (só compreensível no campo da moralidade); também assim a ideia da eternidade. Pelo que a representação das últimas coisas que devem ocorrer *após* o dia novíssimo só pode considerar-se como uma materialização deste último, juntamente com as suas consequências morais, de resto, não teoricamente conceptualizáveis para nós.

Importa, porém, notar que, desde os tempos mais antigos, houve dois sistemas referentes à eternidade futura: um, o dos *unitários*, que atribui a *todos* os homens (purificados por penitências mais ou menos longas) a felicidade eterna; o outro, o dos *dualistas*², que adjudica a alguns eleitos a bem-aventurança, e a todos os restantes a condenação eterna. Com efeito, um sistema segundo o qual todos seriam destinados à condenação não poderia ter lugar porque, de outro modo, não haveria nenhuma razão justificativa por que é que em geral teriam sido criados; a *aniquilação* de todos indicaria, porém, uma sabedoria falhada que, insatisfeita com a sua própria obra, não conhece nenhum outro meio para remediar as suas deficiências a não ser destruí-la. – Aos dualistas depara-se, apesar de tudo, sempre a mesma dificuldade que impede pensar numa condenação eterna de todos os homens, porquanto se po-

² Semelhante sistema baseava-se na antiga religião persa (de Zoroastro) na suposição de dois seres primordiais concebidos em luta eterna um com o outro: o princípio bom, *Ormuzd*, e o mau, *Ahriman*. – É extraordinário que a língua de dois países muito afastados um do outro, e ainda mais afastados da actual língua alemã, na designação desses dois seres primordiais seja o alemão. Lembro-me de ter lido em *Sonnerat* que em *Ava* (no país dos Birmanes) o princípio bom se chamava *Godeman* (palavra que parece também encontrar-se no nome Darius Godomannus); e visto que a palavra *Ahriman* tem um som análogo a *arge Man* (homem mau), o persa actual contém ainda uma certa quantidade de palavras originalmente alemãs, pode constituir uma tarefa para os investigadores da Antiguidade rastrear o fio condutor do parentesco linguístico até à origem dos actuais conceitos religiosos de muitos povos.

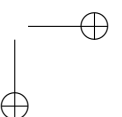
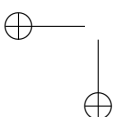
[Cf. *Sonnerats Reise*, Livro 2, Cap. 2. B.]





deria perguntar: para que é que se criaram uns poucos, ou até porque é que se teria criado apenas um só, se ele houvesse de existir unicamente para ser votado à condenação eterna? Não é isso muito pior do que não existir de todo?

Sem dúvida, tanto quanto o discernimos, tanto quanto a nós próprios nos podemos indagar, o sistema dualista (mas só sob a direcção de um Ser originário sumamente bom) tem em si um princípio preponderante, do ponto de vista *prático*, para cada homem a si mesmo se julgar (embora não tenha competência para julgar os outros). De facto, tanto quanto a si mesmo se conhece, a razão não lhe deixa mais nenhuma outra vista sobre a eternidade a não ser a que a sua própria consciência moral lhe abre no fim da vida, a partir do modo de vida que, até então, levou. Mas para fazer do sistema dualista um *dogma*, portanto, para o transformar numa proposição teórica em si mesma (objectivamente) válida, ele é, enquanto simples juízo da razão, muitíssimo insuficiente. Pois que homem se conhece a si mesmo, quem conhece tão perfeitamente os outros para decidir se, quando das causas do seu modo de vida pretensamente bem conduzido separa tudo o que se chama o mérito da felicidade, por exemplo o seu temperamento benigno congénito, a força natural maior das suas potências superiores (do entendimento e da razão, para dominar os seus impulsos), ademais, também ainda a oportunidade pela qual o acaso lhe poupou felizmente muitas provações que afectaram outrem; se separar tudo isso do seu verdadeiro carácter (como necessariamente deve descontar, para a este valorizar de um modo justo porque, enquanto dom feliz, não o pode atribuir ao seu próprio mérito), quem quererá então decidir, digo eu, se aos olhos que tudo vêem do Juiz Universal um homem, segundo os seus valores morais íntimos, tem ainda alguma superioridade em relação a outrem? Não seria, talvez, uma presunção absurda em tão superficial autocohecimento proferir um juízo tanto em vantagem própria sobre o seu valor moral (e o destino merecido) como sobre o de qualquer outro indivíduo? – Por conseguinte, o sistema dos unitários e o dos dualistas, ambos considerados como dogmas, parecem superar inteiramente





o poder especulativo da razão humana e reconduzir-nos a limitar aquelas ideias da razão apenas às condições do uso prático. Com efeito, diante de nós, nada vislumbramos que, desde já, nos possa informar sobre o nosso destino num mundo futuro, excepto o juízo da própria consciência moral, isto é, o que o nosso presente estado moral, tanto quanto o conhecemos, nos permite a este respeito julgar de um modo racional; a saber, que princípios da nossa conduta vital, que encontrá-mos em nós dominando até ao seu termo (sejam eles princípios do bem ou do mal), também após a morte continuarão a ser predominantes, sem que tenhamos a mínima razão para supor, nesse futuro, uma modificação dos mesmos. Devemos, pois, esperar também para a eternidade as consequências correspondentes ao mérito ou à culpa, sob o domínio do bom ou do mau princípio. Nesta perspectiva, é prudente então agir como se uma outra vida, e o estado moral com que terminamos a presente juntamente com as suas consequências, fosse inalterável com a entrada nela. Do ponto de vista prático, o sistema que se deve admitir será, portanto, o dualista, sem contudo querer decidir qual dos dois, na perspectiva teórica e meramente especulativa, merece a preferência, tanto mais que o unitário parece embalar-nos excessivamente numa certeza indiferente.

Mas porque é que os homens *em geral* esperam *um fim* do mundo? E se este lhes for concedido, porquê justamente um fim acompanhado de terror (para a maior parte do género humano)?... O fundamento da *primeira* questão parece consistir em que a razão lhes diz que a duração do mundo só tem valor na medida em que os seres racionais são nele adequados ao fim último da sua existência; se tal fim último não houvesse de se alcançar, a própria criação parecer-lhes-ia privada de finalidade: como um espectáculo que não tem nenhum desfecho e não dá a conhecer nenhuma intenção racional. A *última* questão funda-se na opinião acerca da natureza corrompida do género humano³

³ Em todos os tempos, sábios (ou filósofos) que tais se julgam, sem a disposição de se dignarem ter em conta o lado bom da natureza humana, esgotaram-se a fazer comparações adversas e, em parte, repugnantes para representar de um modo abjecto





, que seria imensa até à perda da esperança. Dar um fim ao género humano e, claro está, um fim horrível seria a única medida adequada à suprema sabedoria e justiça (segundo a maioria dos homens). – Por isso, os *sinais precursores do Juízo Final* (como é que uma imaginação excitada por uma grande espera iria ficar sem sinais e maravilhas?) são todos de natureza atemorizante. Uns vêm-nos na injustiça prevalente, na opressão dos pobres pelo insolente deboche dos ricos e na perda universal da fidelidade e da fé; ou nas guerras sangrentas que lavram em todos os confins da Terra, etc., numa palavra, na decadência moral e no rápido crescimento de todos os vícios, juntamente com os males que os acompanham, e tais que, como crêem, os tempos antigos nunca viram. Outros, pelo contrário, contemplam o fim em estranhas transformações da natureza em terremotos, tempestades e inundações, ou em cometas e prodígios atmosféricos.

Na realidade, os homens sentem, não sem motivo, o fardo da sua existência, embora a causa dele sejam eles próprios. A razão disso, se-

o nosso mundo terreno, a morada dos homens. 1 – Como uma *hospedaria* (caravansará), no juízo de um derviche: onde cada hóspede, na sua viagem da vida, deve compreender que bem depressa será expulso por outro que se lhe segue. 2 – Como uma *penitenciária*; apreciam esta opinião os sábios brâmanes, tibetanos e outros do Oriente (até mesmo Platão): um lugar de punição e purificação dos espíritos expulsos do céu, almas humanas ou animais no estado presente. 3 – Como um *manicómio*, onde não só cada qual aniquila as suas próprias intenções, mas um causa ao outro todo o sofrimento imaginável e, além disso, considera como a maior honra a habilidade e o poder de fazer isso. Por fim, 4 – como uma *cloaca*, para onde se arremessa toda a imundície dos outros mundos. Original é, de certa maneira, a última concepção e deve-se a um humorista persa, que transpôs para o céu o paraíso, a morada do primeiro casal humano, em cujo jardim havia bastantes árvores fornecidas de muitos e esplêndidos frutos; o que sobrava desaparecia por uma imperceptível evaporação. Exceptuava-se uma única árvore no meio do jardim, que produzia um fruto atraente, mas não transudava. Como os nossos primeiros pais se deixaram tentar por ele, sem atender à proibição de o saborear, não houve outra saída para que não manchassem o céu excepto a de um anjo que lhes mostrou de longe a Terra, com as seguintes palavras: Eis a latrina de todo o universo e, logo a seguir, os conduziu para ali a fim de satisfazerem as suas necessidades; e após os ter abandonado, regressou ao céu. Assim teria surgido na Terra o género humano.





gundo me parece, reside aqui. – Naturalmente, com os progressos do género humano, a cultura dos talentos, da destreza e do gosto (com a sua consequência, a opulência) leva a melhor sobre o desenvolvimento da moralidade; e semelhante estado é justamente o mais gravoso e o mais perigoso, tanto para os bons costumes como para o bem-estar físico, porque as necessidades crescem muito mais depressa do que os meios para as satisfazer. Mas a disposição moral da humanidade, que [como a horaciana *poena pede claud*⁴] vai sempre atrás dela claudicando, há-de um dia (como é de esperar sob a orientação de um sábio governador do mundo) ultrapassar a humanidade que, na sua corrida apressada, se perde e muitas vezes tropeça; deve, pois, nutrir-se a esperança, mesmo após a demonstração experimental da superioridade da moralidade da nossa época em comparação com todas as anteriores, de que o Juízo Final terá lugar mais com o passamento de Elias do que com uma descida aos infernos, semelhante à da facção de Coret, e trará consigo o fim de todas as coisas na Terra. Só que esta fé heróica na virtude não parece ter, subjectivamente, uma influência tão poderosa e universal sobre os espíritos para os levar à conversão, como a fé numa aparição acompanhada de terror, que se concebe como antecipando as últimas coisas.

* * *

Observação: Lidamos (ou jogamos) aqui tão-só com ideias que a razão para si mesma cria, cujos objectos (quando elas os têm) se situam de todo para lá do nosso círculo de visão; embora excedam o conhecimento especulativo, nem por isso se devem, contudo, considerar como vazias em todas as relações; do ponto vista prático, são-nos dadas pela própria razão legisladora, não para cismarmos acerca dos seus objectos sobre o que são em si e segundo a sua natureza, mas para as pensarmos

⁴ «O castigo, com o pé coxo.»





em vista dos princípios morais dirigidos para o fim último de todas as coisas (e assim elas, que de outro modo seriam inteiramente vazias, obtêm uma realidade prática objectiva): – temos, pois, diante de nós um campo *livre* para dividir este produto da nossa própria razão, a saber, o conceito universal de um fim de todas as coisas segundo a relação que ele tem com a nossa faculdade de conhecimento, e classificar as ideias que lhe estão subordinadas.

O conjunto divide-se então: 1 – no fim *natural*⁵ de todas as coisas, segundo a ordem do fim moral da Sabedoria divina, que nós (do ponto de vista prático) podemos *bem conhecer*; 2) no seu fim *místico* (sobrenatural), na ordem das causas eficientes, acerca das quais *nada compreendemos*; 3) no fim *antinatural* (invertido) de todas as coisas por nós próprios suscitado, porque *entendemos mal o fim último*. Tais fins propõem-se nas três secções; a primeira acabou de ser tratada e falta-nos ainda seguir as outras duas.

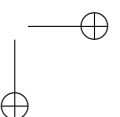
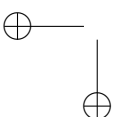
* * *

No *Apocalipse* (X, 5-6), «um anjo levanta a sua mão ao céu e jura por Aquele que vive eternamente, que criou o céu, etc., *que doravante não haverá mais tempo*».

Se não se admitir que este anjo «com a sua voz de sete trovões» (V, 3) quis proferir uma absuridade, deve com isso ter querido dizer que doravante não haverá *modificação* alguma; pois, se no mundo existisse ainda alteração, existiria ainda também o tempo, porque aquela pode apenas ter lugar no tempo e, sem o seu pressuposto, não se pode pensar.

Representa-se aqui, pois, um fim de todas as coisas como objecto dos sentidos, do qual não podemos fazer conceito algum: porque nos

⁵ Chama-se (*formaliter*) natural o que se segue necessariamente segundo as leis de uma certa ordem, sejam elas quais forem; logo, também as morais (portanto, não apenas as físicas). Ao natural contrapõe-se o *não-natural*, que pode ser ou o sobrenatural ou o contranatural. O que é necessário em virtude de causas *naturais* deveria representar-se também como *materialiter* natural (fisicamente necessário).

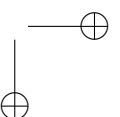
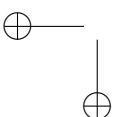




perdemos inevitavelmente em contradições, ao pretendermos dar um único passo do mundo dos sentidos para o inteligível. É o que, deste modo, aqui acontece, porque o instante que constitui o fim do primeiro deve igualmente ser o início do outro e, portanto, este deve inserir-se como aquele numa única e mesma série temporal – o que é contraditório.

Mas dizemos também que pensamos uma duração como *infinita* (como eternidade), não porque tenhamos, por exemplo, um conceito definível da sua grandeza – isso é impossível, pois lhe falta totalmente o tempo como medida dela –, mas porque esse conceito é apenas um conceito negativo da duração eterna; onde não há tempo, também não pode existir *fim algum*, pelo que não avançamos um palmo no nosso conhecimento, mas dir-se-á apenas que a razão, no propósito (prático) de alcançar o fim último, jamais se satisfaz no caminho das constantes transformações; e quando o busca com o princípio da inação e da imutabilidade do estado dos entes mundanos, também não se satisfaz no tocante ao seu uso *teórico*, antes se enredaria na total ausência de pensamento. Nada lhe resta então, excepto pensar numa transformação que se prossegue até ao infinito (no tempo), em constante progresso para um fim último, progresso em que a *disposição de ânimo* (algo de supra-sensível, portanto invariável no tempo, e não, como aquele, um fenómeno) permanece e é firmemente a mesma. A regra do uso prático, segundo esta ideia, significa apenas o seguinte: devemos adoptar a nossa máxima como se, em todas as modificações que se estendem até ao infinito, desde o bom ao melhor, o nosso estado moral não se submetesse, segundo a disposição de ânimo (o *homo noumenon*, «cuja conduta é no céu») a nenhuma alteração no tempo.

Mas pensar que algum dia há-de irromper um ponto do tempo em que cessa toda a transformação (e com ela o próprio tempo) é uma representação que revolta a imaginação; porque então a natureza inteira se tornaria rígida e, por assim dizer, petrificada; o pensamento e o sentimento derradeiros ficariam então fixos no sujeito pensante e seriam sempre os mesmos sem mudança. Para um ser que só no tempo se pode

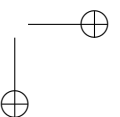
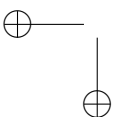




tornar consciente da sua existência e da grandeza desta (enquanto duração), semelhante vida, ainda que se possa chamar outra vida, surgirá como análoga à aniquilação, pois um ser para se pensar em tal estado deve pensar em geral em alguma coisa; mas o *pensar* contém um reflectir que só no tempo pode ocorrer. – Os habitantes do outro mundo são, pois, representados segundo a diversidade do lugar que habitam (o céu ou o inferno), como se entoassem sempre a mesma canção, o seu Aleluia, ou os mesmos lamentos eternos (XIX, 1-6, XX, 15) – por tal meio se deve indicar a completa ausência de toda a mudança no seu estado.

No entanto, esta ideia, por mais que ultrapasse a nossa capacidade de apreensão, tem um parentesco estreito com a razão na relação prática. Mesmo se aqui, na vida, admitirmos o estado moral e físico do homem nas melhores condições, a saber, o de incessante progresso e aproximação ao bem supremo (para ele estabelecido como objectivo), não pode todavia (mesmo com a consciência e mutabilidade da sua disposição) associar a *satisfação* à perspectiva de uma modificação eternamente duradoira do seu estado (tanto moral como físico). Com efeito, o estado em que agora se encontra continua a ser sempre um mal em comparação com o melhor, para cujo ingresso se prepara; e a representação de um progresso infinito em direcção ao fim último é, ao mesmo tempo, a perspectiva de uma série infinita de males que, embora sejam decerto superados pelo maior bem, impedem a ocorrência da satisfação, a qual ele só pode pensar para si, mediante a obtenção derradeira do fim último.

O homem que a este respeito se põe a magiar enreda-se na *mística* (pois a razão, em virtude de não se contentar facilmente com o seu uso imanente, isto é, prático, mas de bom grado se aventurar a algo de transcendente, tem também os seus mistérios), onde a sua razão não se compreende nem a si mesma nem o que quer, mas prefere o devaneio em vez de se conservar, como convém a um habitante intelectual do mundo sensível, dentro dos limites deste. Daí dimana a monstruosidade do sistema de *Laokiun* sobre o bem supremo, que consistirá no





nada, isto é, na consciência de se *sentir* absorvido no abismo da divindade através da fusão com ela, portanto mediante a aniquilação da sua personalidade: para terem a sensação prévia de semelhante estado, os filósofos chineses esforçam-se, em quartos escuros e com os olhos fechados, por pensar e sentir este *nada*. Daí o *panteísmo* (dos Tibetanos e de outros povos orientais) e o *espinosismo* gerado, em seguida, a partir da sublimação metafísica daquele. Ambos se irmanam intimamente com o antiquíssimo *sistema da emanção* de todas as almas humanas a partir da divindade (e da sua derradeira reabsorção na mesma). Tudo isto apenas para que os homens possam, finalmente, fruir de uma *tranquilidade eterna* que, para eles, constitui o suposto fim bem-aventurado de todas as coisas; na realidade, é um conceito com o qual se extingue para eles, ao mesmo tempo, o entendimento e todo o pensamento.

* * *

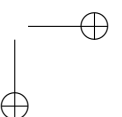
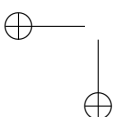
O fim (*Ende*) de todas as coisas que passam pela mão dos homens é, mesmo nos seus fins (*Zwecke*) bons, uma *loucura*: é o uso de meios para fins que a estes são directamente contrários. A *sabedoria*, isto é, a razão prática na adequação das suas medidas cabalmente correspondentes ao fim último de todas as coisas, ao bem supremo, só existe em Deus; e só o não agir visivelmente contrário à ideia dela é que se poderia chamar, mais ou menos, a sabedoria humana. Mas a garantia contra a insensatez, que o homem só pode esperar alcançar por tentativas e pela frequente alteração dos seus planos, é mais «uma jóia que até o melhor dos homens só pode perseguir a ver se, porventura, a *conseguirá agarrar*, mas nunca deve ter a persuasão egoísta de a ter alcançado e, muito menos ainda, proceder como se dela já se *tivesse apoderado*. – Daí também os projectos que se modificam de época para época, muitas vezes contraditórios, de meios convenientes para tomar *mais pura e ao mesmo tempo mais poderosa a religião num povo inteiro*, de tal modo que se pode bem exclamar: Pobres mortais, nada em vós é estável a não ser a instabilidade!





Se, porém, com estas tentativas se avançou, por fim, até ao ponto de a comunidade ser capaz e se inclinar a dar ouvidos não só às doutrinas piedosas tradicionais, mas também à razão prática por elas esclarecida (como é absolutamente necessário a uma religião); se (à maneira humana) os sábios, no meio do povo, fazem projectos sem ser por estipulações entre eles estabelecidas (como se formassem um clero), mas como concidadãos e concordam assim, na maioria das vezes, em demonstrar de modo insuspeitável que, para eles, se trata da verdade; e se o povo também na totalidade (embora não nos mínimos pormenores) toma interesse pela exigência geralmente sentida e não baseada na autoridade do necessário cultivo da sua disposição moral, então nada mais parece aconselhável do que deixá-los fazer e prosseguir no seu curso, pois, no tocante à *ideia* que perseguem, eles estão no bom caminho. Relativamente ao êxito dos meios escolhidos em vista do melhor fim último, ele continua sempre inseguro, pois pode não ter lugar segundo o curso da natureza, e é aconselhável deixá-lo à *Providência*. Por mais *incrédulo* que se queira ser, onde é absolutamente impossível prever com certeza o êxito decorrente de certos meios empregues segundo toda a sabedoria humana (que, para merecer tal nome, deve apenas dirigir-se para o campo moral), importa todavia crer, de modo prático, na co-opeção da Sabedoria divina no curso da natureza, a não ser que se prefira renunciar ao seu fim último. – Objectar-se-á decerto: já muitas vezes se afirmou que o plano presente é o melhor; há que nele doravante permanecer para sempre; isto é já um estado para a eternidade. «Quem (segundo este conceito) é bom será sempre bom, e quem (contra tal conceito) é mau será sempre mau.» (*Apoc.*, XX, 11.) É como se a eternidade, e com ela o fim de todas as coisas, já agora tivesse acontecido; – e no entanto, desde então, sempre se propuseram novos planos, dos quais o mais novo é, muitas vezes, apenas o restabelecimento de um antigo, e também não hão-de faltar para o futuro *mais* projectos últimos.

Estou de tal modo consciente da minha incapacidade de aqui fazer uma nova e feliz tentativa, que preferia antes dar o conselho, para





o qual não se requer decerto uma grande capacidade de invenção, de deixar as coisas como finalmente estão e se revelaram, durante quase uma geração, sofrivelmente boas nas suas consequências. Mas porque esta opinião poderia não ser a dos homens de grande ou empreendedor espírito, seja-me permitido observar modestamente não tanto o que deveriam fazer, mas aquilo a cuja infracção teriam de prestar atenção; de outro modo, iriam agir contra a sua própria intenção (mesmo que esta fosse a melhor).

O cristianismo, além da maior consideração que a santidade das suas leis irresistivelmente infunde, tem ainda em si algo *digno de amor*. (Não me refiro aqui à amabilidade da pessoa que nos ganhou para si com grande sacrifício, mas à própria coisa, a saber, a constituição moral que Ele fundou; pois aquela amabilidade só desta pode derivar). O respeito é, sem dúvida, o que vem em primeiro lugar porque, sem ele, também não existe nenhum amor verdadeiro, embora sem amor se possa, no entanto, nutrir grande consideração por alguém. Quando, porém, não se trata só da representação do dever, mas do cumprimento do dever, quando se indaga o fundamento subjectivo das acções do qual, se for possível prevê-lo, se deve esperar primeiro o que o homem fará, e não apenas o fundamento objectivo, isto é, o que ele deve fazer, o amor será então, enquanto livre acolhimento da vontade de outrem submetido às suas máximas, um complemento indispensável da imperfeição da natureza humana (para tomar necessário o que a razão prescreve mediante a lei): pois o que alguém não faz de bom grado fá-lo de modo tão mesquinho e também com pretextos sofisticos sobre o mandamento do dever que, sem a participação do amor, não se poderia contar muito com este enquanto móbil.

Se ao cristianismo, para o tornar muito bom, se acrescentar ainda alguma autoridade (mesmo se for a divina), por bem intencionado que seja o seu propósito e realmente bom o seu fim, então esvanece-se a sua amabilidade, pois é uma contradição *ordenar* a alguém que não só faça alguma coisa, mas também que a faça de *bom grado*.





O cristianismo tem em vista fomentar o amor ao cumprimento do seu dever em geral e também o suscita, porque o seu fundador não fala na qualidade de um comandante que exige obediência à sua vontade, mas na qualidade de um amigo dos homens, que põe no coração dos seus semelhantes a sua própria vontade bem entendida, isto é, segundo a qual eles agiriam por si mesmos na liberdade, se se examinassem como é justo.

Portanto, do modo de pensar *liberal* – igualmente distante do sentimento servil e da ausência de cadeias – é que o cristianismo espera o *resultado* para a sua doutrina, graças à qual será possível ganhar para si os corações dos homens, cujo entendimento já está iluminado pela representação da lei do seu dever. O sentimento da liberdade na escolha do fim último é o que toma digna de amor a legislação. – Por conseguinte, embora o seu mestre anuncie também *castigos*, tal não se deve entender, pelo menos não é adequado à natureza peculiar do cristianismo explicá-lo assim, como se tais castigos houvessem de se tornar o móbil para o cumprimento dos mandamentos; se, de facto, assim fosse, o cristianismo deixaria de ser digno de amor. Mas isto deve interpretar-se apenas como uma advertência afectuosa, proveniente da boa-vontade do legislador, para que os homens se guardem do dano que proviria inevitavelmente da violação da lei [pois, *lex est res surda et inexorabilis*⁶

, Lívio]; o que aqui ameaça não é o cristianismo enquanto máxima de vida livremente aceite, mas a lei. A lei, enquanto ordem invariável que reside na natureza das coisas, não deixa ao arbítrio do próprio Criador decidir, desta ou daquela maneira, as suas consequências.

Quando o cristianismo promete *recompensas* (por exemplo, «Alegrai-vos e consolai-vos, no céu tudo vos será retribuído»), tal não deve interpretar-se, de acordo com o modo de pensamento liberal, como se fosse uma proposta para, por assim dizer, subornar os homens em vista de uma conduta vital boa, porque então o cristianismo deixaria novamente de ser por si mesmo digno de amor. Apenas uma exigência das

⁶ A lei é algo de surdo e inexorável.

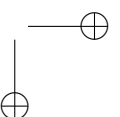




acções que brotam de motivos desinteressados se pode opor a quem faz a exigência de impor respeito ao homem; mas, sem reverência, não existe nenhum verdadeiro amor. Por conseguinte, não se deve atribuir àquela promessa o sentido de que as recompensas se deveriam considerar como o móbil das acções. O amor pelo qual um modo de pensar liberal se prende a um benfeitor não se guia pelo bem que o necessitado recebe, mas orienta-se apenas pela bondade da *vontade* de quem está inclinado a reparti-lo: mesmo que para isso não tenha poder ou seja impedido de o levar a cabo por outros motivos, que a consideração do bem geral do mundo consigo traz.

Tal é a amabilidade moral que o Cristianismo consigo traz; ela, por entre algumas coacções que lhe foram exteriormente acrescentadas na frequente mudança das opiniões, continua ainda a brilhar e preservou-o da aversão que, de outro modo, o teria afectado; e (o que é notável) na época da maior ilustração, que entre os homens alguma vez existiu, apresenta-se sempre numa luz tanto mais clara.

Se o Cristianismo alguma vez chegasse ao extremo de deixar de ser digno de amor (o que bem poderia acontecer se ele, em vez da mansidão de espírito, se armasse com uma autoridade impositiva), então, porque nas coisas morais não há neutralidade alguma (e ainda menos a coligação de princípios opostos), a repulsa e a insubordinação contra ele deveriam ser o modo de pensamento dominante entre os homens; e o *Anticristo* que, de qualquer modo, é considerado o precursor do júízo final iniciaria o seu domínio, embora curto (provavelmente baseado no temor e no egoísmo). Mas então, porque o cristianismo estaria *destinado* a ser a religião universal – para tal se tornar, porém, não seria *favorecido* pelo destino – teria lugar, sob o aspecto moral, o *fim* (invertido) de *todas as coisas*.



**[Nota do Tradutor]**

A versão presente é a correcção e a melhoria da que já fora publicada há cerca de vinte anos. O texto original alemão figura no vol. VIII da edição da Academia.

Band VIII: *Abhandlungen nach 1781*,
1912, 2. Aufl. 1923, *Nachdruck* 1969
Paul Menzer, Heinrich Maier, Max Frischeisen-Köhler.

